

ENTRE MUDANÇA E CONSERVAÇÃO: POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO URBANA E USOS DO PATRIMÓNIO EM PORTUGAL E NO BRASIL, DOIS ESTUDOS DE CASO

Ana Rita Matias (UNL - Portugal)¹

Resumo

Este trabalho propõe testar a utilização do património como categoria de pensamento para comparar culturas (Gonçalves,2009). Foca-se em duas políticas públicas de intervenção em centros históricos, uma num bairro do centro de Lisboa e outra no Município de São José, SC, com o objetivo de compará-las e analisar o entendimento e as aplicações desta categoria em ambos os contextos.

Palavras-chave: Reabilitação urbana; património cultural; políticas públicas.

Abstract

This paper proposes to test the use of heritage as a category of thought to compare cultures (Gonçalves, 2009). Focus on two public policies of intervention in historical centers, one in an old neighborhood in the center of Lisbon and another in the municipality of São José, Santa Catarina, with the goal of comparing them and analyze the understanding and the applications of this category in both contexts.

Key-words: Urban Renewal; cultural heritage; public policies.

Introdução

É como consequência das transformações urbanísticas da modernidade que surge, a noção de cidade histórica ao se procurar, entre as mudanças operadas no presente, uma continuidade com o passado. As cidades não eram, até então, consideradas objetos patrimoniais

¹ Mestranda em Antropologia – Culturas Visuais na Universidade Nova de Lisboa – UNL, Portugal. Graduada em Antropologia Cultural e Social na Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

autónomos, destruíam-se malhas urbanas em prol de uma higiene e estética modernista e o seu valor patrimonial dependia dos conjuntos edificados de valor patrimonial que as compunham.

Contudo, explica Françoise Choay, historiadora das teorias e formas urbanas e arquitetónicas:

Contrapor as cidades do passado à cidade do presente não significa, no entanto, querer conservar as primeiras. A história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confunde, de modo algum, com a invenção do património urbano histórico e de sua proteção. As duas aventuras são, todavia solidárias. (...) foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. A noção de património urbano histórico constitui-se na contramão do processo de urbanização dominante (Choay, 2001: 180).

A invenção do património urbano histórico e a sua conservação material foi motivada pelas transformações no espaço urbano e por um *sentimento de perda* em relação ao passado. Essas práticas resultam de uma conceção moderna da história onde o presente é narrado como "uma situação de perda progressiva" (Gonçalves, 2002: 23).

Aquilo que Gonçalves (2002) apontou para os objetos patrimoniais é também válido para os lugares, para seu edificado e tecido social, onde as práticas de preservação são outras e as funções comportam uma vivificação. Contudo, é o mesmo *sentimento de perda* que estrutura e legitima práticas, dentre as quais os mecanismos de apropriação e valorização do património que têm agora como propósito salvar lugares do seu esquecimento, transformando-os.

A cidade antiga comporta um valor patrimonial que interessa à experiência urbana contemporânea e esse é um valor de continuidade com o passado. Reabilitam-se malhas urbanas antigas em vez de destruí-las e perante os problemas da cidade moderna, a cidade antiga adquire uma dignidade e uma coerência que se estratificam por recurso à memória. Nesse processo, "a narrativa histórica transforma o real em um objeto de desejo, na medida em que apresenta a realidade como um todo coerente e distante, inibindo a dimensão caótica e arbitrária do real" (Gonçalves, 2002: 18).

Hoje a cidade histórica, insere-se num sistema de atribuição de valores² que recorre à categoria de património e ao mesmo tempo que é alvo de conservação, é também palco de transformações que se adivinham pelo prefixo "re". Estas requalificações, reabilitações e revitalizações apropriam-se de valores patrimoniais para operar mudanças, ligadas à "cidade existente", à "cidade em decadência" e são, por si só, mecanismos de preservação do património

² Valores ligados às tradições, às sociabilidades, às expressões culturais e religiosas e que são agrupados em categorias mais abrangentes como histórico, patrimonial, turístico etc

urbano histórico. Desta forma, este tipo de denominações preveem uma alteração assente num certo nível de conservação que se prende com a perda da função dos lugares e com a degradação do património material aí presente. Porém, estas ações são quase sempre sinónimo da valorização económica, uma vez que a distinção patrimonial aumenta o valor do lugar no mercado turístico e imobiliário e que os processos de reabilitação têm a capacidade de transformar os lugares em locais para serem vistos.

Como explica António Arantes:

(...) a inserção do património no mercado reforça a compreensão de que, sendo ele um recurso material e simbólico, o balizamento de seu valor, para efeito de sua inclusão em programas sociais, de maneira geral, e de reabilitação urbana em particular, situa-se num divisor de águas de posturas éticas e políticas. De um lado, há a alternativa de explorar as potencialidades de mercado do património edificado (seu valor de troca) e, de outro, a de facilitar os meios de sua apropriação pelos habitantes da cidade, em razão de sua utilidade e valor simbólico (seu valor de uso). O que se observa é que tende a prevalecer, nas cidades reais – e não só no Brasil, mas nos mais diversos países e regiões – o foco na dimensão dos bens patrimoniais enquanto capital imobiliário e, em termos estéticos, a estilização que reforça os sentidos alegóricos e torna descartáveis estes bens que seriam relevantes em sua singularidade (Arantes, 2006: 431).

Se por um lado os processos de reabilitação geram uma quebra com um presente de degradação e desuso, dando novos usos ao espaço, por outro permitem rebuscar o passado e integrá-lo no presente por meio da conservação do património. Desta forma, se entendermos o espaço numa relação dialética entre o social e o espacial e o lugar como espaço de experiência cultural, damos-nos conta que estes processos parecem converter os espaços em lugares onde se torna possível oscilar entre o passado e o presente.

O uso do património dentro de um contexto de mudança possibilita, assim, o acesso ao passado, independentemente das suas transformações, no presente, e mais importante ainda, não abdicando dele. O passado torna-se num lugar para ser experienciado no presente. A experiência de visitar um bairro ou um centro histórico não é certamente a mesma de visitar um museu, nestes primeiros se misturam experiências presentes e “valores” do passado possibilitando um espaço de experimentação oferecido pelo presente, mas com um “reconforto” que por combinação, o passado oferece.

As transformações que se fazem sentir nestes contextos de mudança, ao fazerem do património um recurso, são muito provavelmente e paradoxalmente o que resulta na sua preservação, ou seja, é pelo facto de se induzir a mudança e, assim, uma dinâmica, que se torna possível combater o desuso e o abandono de um lugar. O inverso é igualmente válido, ou seja, as políticas aplicadas no sentido da preservação de um lugar operam por si só mudanças nesse

mesmo lugar pois, num mesmo movimento, o da preservação patrimonial, produzem-se transformações que atuam no sentido de uma coerência e autenticidade, mas que, ainda assim, não deixam de fazer alterações.

Assim sendo, o património é uma categoria que se trai a si própria, uma vez que os meios utilizados para a sua preservação têm como estratégias a mudança, por sinal, nem sempre subtil. Por esta razão, os processos de reabilitação urbana colocam o desafio de uma gestão equilibrada no que respeita a tensão existente entre desenvolvimento urbano e conservação do património cultural. Em definição, a reabilitação urbana³ constitui-se como um conjunto de estratégias de gestão urbana que visam a requalificação das áreas em que atua, estas ações têm como objetivo a valorização das potencialidades da área e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Segundo a Carta de Lisboa (1995) a reabilitação urbana:

É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito (Carta de Lisboa, 1995).

A Carta da Reabilitação Urbana Integrada definiu uma linguagem, princípios e caminhos de intervenção comuns entre Portugal e Brasil. Este trabalho pretende analisar os usos do património no contexto de duas políticas públicas de intervenção que têm como objetivo a requalificação urbana de áreas históricas, uma num bairro histórico de Lisboa e outra no centro histórico de São José, no estado de Santa Catarina.

As cidades dentro da cidade, o caso do bairro da Mouraria

As Cidades dentro da cidade foi o nome dado ao mais recente programa de intervenção urbana e social no bairro da Mouraria em Lisboa. Este programa fez parte do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) mais amplo que oferece um enquadramento para a aplicação da política comunitária para a coesão económica e social em Portugal entre 2007-2013⁴.

³ Sobre o conceito de reabilitação urbana ler Paulo Peixoto in Fortuna C., Leite, Rogério P. (2009). Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos. Edições Almedina, Coimbra.

⁴ Disponível em: <http://www.qren.pt/np4/home>. Acessado em: jan 2015.

O Programa de Ação, descrito no sítio oficial da Câmara Municipal de Lisboa (CML)⁵ propôs uma requalificação do espaço público num percurso de atravessamento longitudinal da Mouraria, e espaços adjacentes. É importante ter em conta que os bairros populares são representações que integram a própria realidade social da cidade que os institui como seu bem patrimonial, estes bairros são portanto considerados dentro do quadro mais amplo das representações que se pretendem para a cidade de Lisboa, cidade de seus bairros históricos e cidade cosmopolita. Para além disto, os bairros são unidades sócio espaciais permeáveis, identificáveis pela sua estrutura urbanística com séculos de história de fronteiras maleáveis, pelos temas e mitos a ele associados, imaginários e sociabilidades, pelos ritmos e práticas sociais e pelas imagens que endógena e exogenamente deles são construídas (Cordeiro, 2006).

Posto isto, como *estruturas identitárias* foram identificados dois edifícios onde a *marca da história da Mouraria se faz sentir*⁶, contudo são-lhes atribuídos novos usos:

- Quarteirão dos Lagares, onde foram encontradas estruturas de um jardim datável do séc. XV e cujo edificado apresenta uma planta com características identificáveis com o período islâmico-medieval. As alterações promovidas permitem a instalação do Centro de Inovação da Mouraria, polo de inserção de atividades económicas.

- Sítio do Fado na Casa da Severa, instalado na casa onde viveu a fadista Severa e onde se desenvolvem atividades ligadas ao fado.

À parte destas, é reabilitada a Igreja de São Lourenço e restaurado um troço da Cerca Fernandina que definira os limites do bairro aquando do seu surgimento. Após a reconquista cristã (1147) o bairro constituiu-se como um arrabalde (gueto) para os mouros que não quiseram abandonar a cidade, inventado como um espaço segregado tinha fronteiras e limites definidos por esta cerca.

A aposta na melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade diz-se pensada em função da *envelhecida população residente*. Contudo, esta parece ter servido para produzir uma estética que permitiu a divulgação da Mouraria nas rotas turísticas da cidade por meio da criação de um percurso turístico-patrimonial. As estruturas identificadas como detentoras de um valor patrimonial material seguem diferentes caminhos de conservação que estão aqui diretamente relacionadas com a valorização turística, pois as ações patrimoniais exercidas ocorrem com o objetivo de sustentar um percurso turístico-patrimonial, não aparecendo nunca separadas deste.

⁵ Disponível em: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/linhas-gerais-do-programa-de-accao/descricao.html>. Acessado em: jan 2015.

⁶ *Ibidem*.

O próprio percurso tem o nome de “percurso histórico e patrimonial” e através dele é contada a história das praças por meio de uma referência ao património material aí edificado. Este é um exemplo daquilo que Arantes observou:

Atualmente, as políticas de património ao se voltarem para o mercado investem na dimensão alegórica. Em consequência essas iniciativas, ao produzirem lugares para o mercado, frequentemente põem em cena identidades de vitrina, para visitantes saturados de informação em cenários descartáveis (Arantes, 2002: 91).

O património serve, neste caso, como recurso alegórico para fins turísticos, articulando as possibilidades que este oferece com o desenvolvimento económico uma vez que estes projetos se transformam em atrativos para o consumo cultural que não depende apenas do património material, mas reside no próprio consumo do lugar e dos seus modos de vida. Para a construção do sentido do lugar são igualmente importantes os aspetos ideais e valorativos das formas de vida e as imagens que deste se constroem exógena e endogenamente. O bairro é um bairro popular e típico, multicultural e multiétnico, repleto de mitos e tradições, exemplo de um estilo de vida bairrista, ligado à iconografia do Fado etc.

Aqui não se faz uso do património apenas no sentido tradicional em que os bens são tombados e restaurados, os seus usos variam entre as aplicações deste e uma total reestruturação do edificado sustentada pelos significados que derivam de um património imaterial como é o caso do Fado. Com base neste exemplo podemos observar como a *materialidade* é ambígua e não dissociável do imaterial. O Fado é um património imaterial ao qual se associa um referente material que é a casa onde viveu Maria Severa. Porém, esse património material não é simplesmente restaurado, preservando a memória do passado, é-lhe dado um novo uso, tornando-o num museu/restaurante, transportando-o para o presente. O património não é assim apenas uma herança herdada do passado, mas depende de um trabalho consciente de reconstrução no presente. O próprio mote do programa diz isso mesmo: *Requalificar o passado para construir o futuro*⁷, o material e o imaterial conjugam-se para mediar o passado e o presente.

Quanto aos atores sociais que atuam nessa “vitrine”, as ações patrimoniais, ao implementarem sentidos, afetam as fronteiras simbólicas da vida quotidiana e neste caso as distinções patrimoniais vieram reforçar as divisões espaciais e sociais existentes. O bairro tinha conflitos internos relacionados com a coexistência de velhos e novos moradores trazidos pela emigração, venda e consumo de droga, degradação do espaço público e edificado etc, que a

⁷ Disponível em: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/>. Acessado em: jan 2015.

distinção patrimonial veio reforçar por se apropriar de determinadas imagens e espaços ao invés de outros. Também as ações de reabilitação do espaço público se limitaram aos lugares onde existiam ou se podia encontrar um referente histórico/patrimonial, o que salientou ainda mais estas diferenças.

Com o plano de intervenção foca-se o valor patrimonial do bairro e o seu estado de degradação, avançam-se com obras que tanto participam na conservação/reabilitação deste como aproveitam o contexto para proceder a uma higienização/estetização do espaço. Após a criação de uma rotina estética, da apropriação de tradições e da manipulação de imagens, o bairro, antes mal-afamado, pode agora abrir-se à cidade e ser visitado. Como observa Canciani (2005), para que as tradições sirvam como forma de legitimação a quem as constrói ou apropria, é necessário pô-las em cena porque o património existe como força política na medida em que é teatralizado. Assim, todos os dias entram turistas pelas ruas do bairro para presenciar uma narrativa histórica que o tornou num *objeto de desejo*, o valor patrimonial do lugar confirma-se.

Recentrar o centro, projeto para o centro histórico de São José, SC⁸

No centro histórico de São José, em Santa Catarina, identificam-se edifícios considerados como portadores de uma herança patrimonial e identitária, reabilita-se a Igreja Matriz no topo da Praça Hercílio Luz, tombam-se o Teatro Municipal e vários casarões antigos, legados de uma arquitetura estilo Açoriano. Entretanto, propõe-se um plano de requalificação que pretende alterar toda a reconfiguração da praça central, com projetos também para o Beco da Carioca, antigo lavadouro há muito em desuso, e para o percurso da Beira Mar.

Este plano de requalificação surge de um edital lançado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Santa Catarina (IAB-SC), tendo ganhado o projeto “recentrar o centro” dos arquitetos, Camila da Rocha Thiesen, Cássio Sauer, Diogo Valls, Elisa Martins e Jaqueline Lessa⁹. Nas palavras dos autores, o concurso de Requalificação Urbanística do Centro Histórico de São José *representa uma oportunidade de discutir o crescimento e constante transformação das cidades que, muitas vezes, se contradizem com a demanda de preservação do património histórico-cultural¹⁰.*

⁸ Este estudo foi realizado no âmbito da bolsa de estudo que recebi do programa Fellow Erasmus Mundus.

⁹ Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-188243/primeiro-lugar-no-concurso-para-a-requalificacao-urbana-do-centro-historico-de-sao-jose-sc>. Acessado em: jan 2015.

¹⁰ Citação retirada de documento enviado via correio eletrónico por Camila Thiesen contendo a memória descritiva dos autores do projeto.

A intervenção é proposta por camadas cujo principal objetivo é a *valorização do património histórico e cultural edificado e da paisagem natural configurando-os como principais atratores para o turismo na cidade*¹¹.

A proposta apresenta-se em função de um património histórico que alteraria a reconfiguração da praça, possibilitando a sua reconciliação com o mar e uma reurbanização do trecho que liga as duas igrejas históricas. Já no Beco da Carioca, as alterações seriam mais discretas. Também aqui os usos patrimoniais se apresentam na expectativa de uma atração turística. Não obstante o que importa neste caso notar é que as ações patrimoniais não integram representações gerais e as medidas tomadas não derivam de uma política integrada.

Considerando que a praça atual contém graves problemas estruturais com uma estrada que a corta num trânsito intenso e a existência do edifício da Prefeitura a bloquear a visão do mar, é importante notar que de certa forma a proposta de reabilitação traria a este lugar, apesar de lhe juntar outros usos que tivera anteriormente.

Todavia, o projeto, ainda na incerteza quanto à sua realização, não conseguiu adeptos junto da população e é considerado “demasiado moderno”. Para estes a praça representa um valor patrimonial identitário que deveria ter o mesmo “tratamento” que os demais “patrimónios” ali institucionalizados e não ser destruído.

A ação de reconfiguração é vista pelos habitantes como um processo de destruição de uma herança patrimonial que faz par com o edificado em volta e não é diferente dele. Portanto deve ser preservada de igual modo. Aqui a *ressonância*, entendida como uma concordância entre os significados atribuídos pelo poder institucional e os da população, se é que ainda se pode aplicar o termo, não se deve à distinção patrimonial em si, mas às formas de sua conservação que não abrangem, por parte da população, mais que uma conceção tradicional desta categoria e que por sua vez é usada pelos órgãos institucionais como impulsionador económico.

O centro histórico é património do Município, mas as ações que sobre ele recaem, não são pensadas como um todo e sim como uma soma dos bens culturais presentes no território. Posto isto e citando mais uma vez Arantes:

(...) inúmeros problemas enfrentados no dia-a-dia da preservação dizem respeito ao fato de os bens preservados – tangíveis ou intangíveis – serem interpretados e utilizados pela população de forma nem sempre compatível com as restrições legais decorrentes do

¹¹ *Ibidem*.

reconhecimento do seu interesse e sentido para coletividades nacionais ou regionais (Arantes, 2006: 429).

Na Cartilha do Património Histórico de São José, SC, elaborada pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo pode ler-se assim:

O Município de São José, orgulho da população que nele vive e trabalha, vem se destacando no cenário estadual e nacional pelo desenvolvimento económico e social que tem logrado a cada ano, caracterizando-se como uma cidade que convive muito bem com o tradicional e o moderno no seu cotidiano. Moderno, pelo seu pujante crescimento urbano, industrial e comercial. Tradicional, pela presença das belezas naturais, do cenário antigo de base açoriana, assim como pelas manifestações culturais preservadas pela sociedade ao longo da sua história.

Tendo por base este trecho, observa-se que existe, como na Mouraria, uma intenção de conjugar um presente e um passado. Ainda assim, neste caso, as políticas de modernização e políticas patrimoniais estão separadas, não são convincentes.

Neste contexto, a noção e os usos que se fazem do património englobam essencialmente os edifícios históricos, ou seja, o património material. O problema é que, como diria Coli (2012), o património é algo que se situa entre a matéria e o pensamento e, portanto, o material não se está separado da sua imaterialidade. Nessa mesma linha de análise encontra-se Chuva ao afirmar que,

A divisão entre património material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade. Além disso, essa divisão artificial implica uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos (Chuva; 2012:162).

Há no projeto, uma intenção de pensar o espaço como um todo propondo uma estratégia de longo prazo, mas ela tem por base ações e tempos distintos. Os edifícios ao redor da praça vão sendo um a um restaurados e a remota probabilidade do projeto avançar pressupõe apenas a intervenção correspondente ao Beco da Carioca.

Os acordos internacionais consagram princípios importantes da conservação integrada e sustentada, associando essas políticas à geração de renda e à construção de uma vida social e cultural digna.

Contudo, como observou Arantes (2002), as políticas de proteção e valorização do património, projetadas a partir da experiência dos países de primeiro mundo, enfrentam desafios ao serem transladadas para contextos nacionais (Brasil). Na América Latina as políticas de defesa do património cultural têm um alcance limitado e quando se trata de articular o desenvolvimento das potencialidades oferecidas pelo património e as necessidades da

população, as estratégias de curto prazo prevalecem sobre as de longo prazo. Contra isto Arantes (2002) defende que o desafio de operar a mediação entre as formulações genéricas resultantes dos acordos internacionais e a realidade de cada cidade está na própria formulação dos procedimentos técnicos e não só na sua implementação, é necessária uma troca de escala.

Considerações finais

Partindo destes dois contextos desafiei-me a pensar, como Gonçalves (2009) havia proposto, o património como categoria de pensamento para comparar culturas. Daqui retiramos que em Portugal a noção de património é abrangente e entende diversas possibilidades de uso ao passo que no Brasil ela é entendida em termos de uma hereditariedade pouco perecível de alteração, o entendimento e as aplicações da categoria “património” são mais restritos. Na Mouraria, as ações de reabilitação que como vimos, fazem parte do leque de ações para a conservação do património, são desenvolvidas por políticas intervencionistas que tomam a área como um todo conjunto enquanto que em São José essas divisões são óbvias.

Comparando, observamos que na Mouraria houve um uso diversificado da categoria de património, oscilando entre o herdado e o reconstruído, o material e o imaterial. Já em São José os usos desta categoria revelam-se menos abrangentes. Por um lado, a população não a concebe muito para além de uma conservação material e por outro, os órgãos institucionais não agem de forma coerente, oscilam entre ações de preservação rigorosa e propostas de uma completa alteração.

Em ambos os casos as imagens do lugar são, ou têm a intenção de ser, esteticizadas pelos processos de reabilitação e requalificação, contudo, os usos, que neste sentido, se fazem do património são diferentes. Também os conflitos associados ao processo de patrimonialização são constantes em ambos os casos.

A abrangência, o entendimento e os usos que se poderão fazer ou não do património dependerão seguramente do nível de integração das ações patrimoniais e do quão sólidas conseguem ser as propostas de reabilitação. Dependerão também da prevalência do diálogo entre população e órgãos institucionais e com certeza dos usos a que a aplicação da categoria vier a servir. Atualmente os usos do património são vários e a própria noção engloba uma vasta rede de significados das quais se conclui, apesar das linhas estruturantes impostas por

mecanismos reguladores gerais, que este é em grande parte uma construção social que alterna os seus usos de contexto para contexto.

Referencias bibliográficas

ARANTES, António Augusto (2002). Cultura, Ciudadanía y Patrimonio en América Latina. In: LACARRIEU, Mónica e ÁLVAREZ, Marcelo (Comp.). *La (indi)gestión Cultural: Una Cartografía de los Procesos Culturales Contemporáneos*. Buenos Aires: La Crujía, ed. Ciccus/Ed.

_____ (2006). O Patrimônio Cultural e seus Usos: a Dimensão Urbana. *Habitus*. Goiânia, v.4 n1, p. 425-435, Jan/Jun.

CANCLINI, Néstor García (2005). El Provenir del Pasado. In: *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Buenos Aires: Paidós, p. 157-194.

CHOAY, F (2001). *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP.

CHUVA, Márcia (2012). Por Uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania, n34, p. 147-167.

COLI, Jorge (2012). Material e Imaterial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania, n34, p. 67-79.

CORDEIRO, Graça; FIRMINO DA COSTA, António (2006). Bairros: contexto e interseção. In: VELHO, Gilberto. *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Jorge Zahar Ed.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (2002). *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, cap.1.

_____ (2007). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, p. 211-234.

_____ (2009). O patrimônio como Categoria de Pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 19-33.